

## Reunião Extraordinária CMEL – 26 de Novembro de 2014

Conselheiros Titulares Presentes: Renato Freixiela de Oliveira (Secretaria de Esportes e Lazer), Claudio Castro de Jesus (Secretaria de Esportes e Lazer), Douglas Schmitt (Secretaria de Esportes e Lazer), Odair Baltar (Secretaria de Saúde), Leandro de Azevedo (Secretaria de Educação), Marco Aurélio Pereira Alves (Secretaria de Educação), Monique Priori Mercaldo (Secretaria de Educação), Marcelo Rodrigues (Empresarial), Bruno Leonardo de Souza Christ (Docentes de Educação Física), Leonardo França Souza (Gabinete do Prefeito), Hingo Hammes (Academias), Saturnino Dias O. Junior (Fundação de Cultura e Turismo), Jorge Martins (Câmara Municipal), Renato de Vasconcelos Farjalla (Instituições de Ensino Superior)

Conselheiros Suplentes Presentes: Jorge Luiz Vieira (Clubes), Miguel Oliveira (Empresarial), Gabriel Archanjo Weinem (Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa), Tais Bernardino Pereira (SETRAC), Marcio Lopes de Carvalho Pregal (Gabinete do Prefeito), Fabiana Scartoni (Instituições de Ensino Superior)

Ata da reunião extraordinária do Conselho Municipal de Esporte e Lazer realizada no dia vinte e sete de novembro de dois mil e quatorze, na sede da Casa dos Conselhos, localizado à Avenida Ipiranga, número 544, Centro, Petrópolis, Rio de Janeiro, convocada pelo Presidente Renato Freixiela, com a seguinte pauta: 1) Projeto de Lei da Câmara - Regulamentação de Corrida de Rua. O presidente do CMEL, Renato Freixiela inicia a reunião saudando o novo espaço para a realização das reuniões do CMEL que é a sede da Casa dos Conselhos e quando este não estiver disponível que tem a Casa Visconde de Mauá aberta para os encontros. Cita que a reunião extraordinária foi deliberada pela maioria dos conselheiros tendo como pauta que diz respeito às regulamentações das corridas de rua em Petrópolis. Diz ainda que o CMEL tem um corpo técnico muito competente para aprovar e deliberar as corridas de rua. Aproveita para falar sobre os trabalhos da Secretaria de Esportes e Lazer que além do incremento no calendário de corridas também organizou os JEUPS (Jogos Estudantis de Petrópolis) que terá a cerimônia de entrega de premiação hoje as 15 horas na sede da Prefeitura Municipal de Petrópolis, além da Copa das Comunidades de Futebol Society, categorias sub13, 15 e 17 que estão ocorrendo, além de projetos e eventos realizados ao longo de 2014. Freixiela disse que as corridas de rua, amplamente divulgadas, devem ser discutidas pela comunidade através do Conselho. Solicita ao vereador Jorginho Banerge maiores informações a respeito da Lei que regulamenta as corridas de rua. Ele abre as inscrições para os conselheiros. Marcelo Rodrigues sugere votar como será a reunião, já que o CMEL estava caminhando em suas reuniões anteriores para a regulamentação das corridas de rua e com a aprovação da lei, o Conselho foi pego de surpresa e teve que

antecipar essa reunião. Levantou questionamento sobre quem são os representantes da Câmara Municipal no CMEL e Freixiela informou que o titular é o vereador Jorginho Banerge e o suplente Luisinho Sorriso. Jorginho Banerge informa que não compareceu a última reunião devido ao trâmite de encaminhamento de ofícios entre o legislativo e o executivo. Cita ainda que o conselho é consultivo e não deliberativo. Marcelo Rodrigues inicia a fala sobre o volume de corridas, principalmente pelo fato de novembro ter tido 3 corridas pelo fato da Corrida Faz um 21 ter sido adiada, com data original em outubro. Citou o número de provas realizadas na cidade como fator principal para a regulamentação das corridas e que as decisões deveriam ser tomadas tendo como base o CMEL, não limitando o número de provas. Como o conselho não é deliberativo que ele deveria ser consultado antes e que em casos como esse se faz necessária a discussão do tema, já que existem conflitos e que deveriam ser intermediados pelo CMEL. Explica que a ideia é não limitar o número de provas mas ao mesmo tempo não ter 2 corridas no mesmo período. Sugere uma corrida a cada 2 semanas em média. Citou que o prazo de um ano para apresentação das corridas e inviável por parte dos organizadores e dentro desse ponto sugere 3 meses de antecedência e que o CMEL deve estar aprovando o calendário, além da Liga Petropolitana de Desportos poder responder pelas corridas de rua além de outras modalidades. A palavra fica com Bruno Christ que se diz preocupado com essa estrutura da corrida de rua de delegar os vetos e aprovações de corridas a uma associação que não existe desde 2008. Diz que a Secretaria de Esportes e Lazer e a LPD devem se fazer presentes e gerenciar tais eventos. Informou que o prazo de 30 dias de intervalo entre as corridas é incoerente e citou exemplos de corridas realizadas em Itaipava, Vale das Videiras, Cremerie como locais opcionais em caso de saturação do Centro de Petrópolis como espaço para as corridas. Falou que os órgãos envolvidos nos eventos devem avaliar todos os impactos para não prejudicar a cidade principalmente no tocante a trânsito. Falou sobre o retrocesso que seria limitar o número de corridas e sobre o valor a ser pago a Federação de Atletismo não estar de acordo com a realização das corridas em nossas cidades, principalmente corridas temáticas como a da Bohemia em que o objetivo foge do competitivo e de índices que são homologados através das taxas federativas. Disse ainda que o pagamento da taxa deveria ser de acordo com o objetivo do evento e que as corridas a nível local não teriam necessidade. Hingo Hammes questiona o que seria um ensaio e também o valor caução a ser pago para organizar uma corrida. Disse que o CMEL deve ser o órgão responsável pela aprovação do calendário

de corridas e que já consultou a FARJ sobre a possibilidade da LPD ser um braço da entidade em Petrópolis. Renato Freixiela adiciona essa discussão saudável antecipando os fatos e diz ser bem lembrado o fato das corridas também estarem acontecendo nos distritos e outros locais. Disse contrário a vários aspectos da lei e que a reserva de data de um ano antes seria uma problemática em caso de um mês antes o organizador cancelar a prova, inviabilizando outro evento. Disse a necessidade de analisar alguns pontos da lei e questionou o fato do Ex-Secretário de esportes Carlos Alberto Lancetta, também presidente da Federação de Atletismo do Rio de Janeiro (FARJ), quando da realização das corridas na cidade de Petrópolis nunca ter exigido pagamento das taxas federativas. Essas taxas devem ser analisadas com tranquilidade pelo fato de onerar o organizador do evento e também os corredores. Cita ainda que a discussão sobre a lei veio em boa hora tendo em vista que o calendário saltou de 4 para 18 corridas e que limitar o número de corridas é limitar o mercado. Adevan Pereira, organizador da APTR Vale das Videiras agradece a oportunidade de participar do evento e diz que as corridas tem um legado social muito importante além dos benefícios gerados para o turismo da cidade, os empregos diretos e indiretos gerados em academias e equipes de corridas além de gerar renda para o comércio local. Disse sobre a importância de organizar a corrida e preparar o evento 6 meses antes e que os impactos devem ser discutidos e aprovados por todos envolvidos. Miguel Oliveira fala sobre a importância do planejamento, organização e controle do calendário e cita o prazo de 6 meses como ideal, além de realizarmos benchmarking vendo exemplos de outras cidades. Diz que as corridas devem ser pensadas e elaboradas como um todo, intersetores, como comércio, serviços, poder público, conselhos e outros envolvidos. Cita a importância do planejamento estratégico e que prefere o bem feito à quantidade citando o exemplo do canibalismo de mercado praticado por multinacionais. No meio do caminho existem os problemas e devem ser impostas as ações corretivas e vê essa situação-problema como positivo, citando ainda que esse problema deve ser resolvido por todos os agentes envolvidos e defende a cobrança de taxa em algumas corridas e também uma distribuição dessas taxas com todos aqueles que ganharão com esses eventos. Jorginho Banerge pede a palavra para esclarecer alguns pontos da lei e inicia citando sua trajetória como corredor e organizador de corridas como a Petrópolis x Teresópolis, a Corrida Noturna e a Petrópolis x Pedro do Rio e que a lei foi pensada como corredor e não como organizador de corrida. Disse que sofreu um infarto praticando corrida. Com relação ao prazo de apresentação das corridas cita 3 meses ao contrário de um ano como

citado. Quando fala em executivo dentro da lei, abrange todos os outros órgãos que participam das corridas como Secretaria de Esportes e Lazer, Secretaria de Saúde, COMDEP, CPTrans, dentre outros que ajudam com suas estruturas nessas corridas. Cita ainda que a CPTrans está mal das pernas no tocante a disponibilizar pessoal para esses eventos, fato que gera hora extra e quem está bancando é o contribuinte. Diz ainda que a Lei não fala sobre corridas de aventura e beneficentes, apenas corridas de rua e caminhadas. Com relação à restrição de corridas foi pelo fato de 4 corridas já serem organizadas pelo Poder Público sendo 3 do Executivo e 1 do legislativo, sobrando 8 datas para os organizadores que cobram inscrição, citando ainda a inviabilidade do mesmo organizador realizar 2 provas no mesmo mês devido a toda estrutura e aparato que envolve uma prova. A prerrogativa de não apresentar o projeto antes das eleições foi para que não se tornasse politiquêiro. Diz que o artigo 1º está alinhado com o artigo 67º do Código Nacional de Trânsito e cabe ao executivo cobrar ou não cobrar a taxa. Já o artigo 2º que diz sobre a associação de corridas aprovarem o calendário, cita que uma associação não precisa de CNPJ e sim apenas ser registrada e ter um estatuto. E na lei ele menciona uma associação de corridas no município de Petrópolis e não a ACORPE. Mas defende que a ACORPE deve participar pelos seus conhecimentos técnicos e cita Hélio, Artur e Jorginho (Pé de Vento), como membros da associação. Critica o CMEL, dizendo ser um conselho vazio pelo fato de remar, remar e não sair do lugar e que ficaram 4 anos discutindo a Barão do Rio Branco e ele em 15 dias como secretário de esportes colocou em prática. Disse ainda que a Barão do Rio Branco é uma realidade como rua de lazer e que a mesma não atrapalha o trânsito. Disse sobre a formação de grupos em redes sociais para atacar o vereador e também a Câmara e disse ainda que ontem, Hingo estava na Câmara recebendo moção congratulatória e que para isso a casa serve. Se disse aberto a discussões dentro da lisura e da transparência e com relação a lei ser votada em regime de urgência, isso ser um fato normal no legislativo. Citou problemas ocorridos na Corrida Faz um 21 e que os organizadores desse evento devem se adequar a cidade devido a estrutura e questionou quais projetos o CMEL enviou para a Câmara dos Vereadores. Defendeu a cobrança das taxas federativas e de seguro e questionou quem pagará a conta em caso de algum acidente ocorrido nessas corridas. Marcelo Rodrigues questionou o prazo de 30 dias entre as corridas e o calendário para ser aprovado deva ser apresentado com um ano de antecedência. Questionou que associação é a Associação de Corredores de Petrópolis (ACORPE)? Quem preside a associação? E também porque o CMEL não foi consultado na lei? Indagou sobre as

ausências dos representantes da Câmara dos Vereadores no CMEL e disse que o CMEL estava presente na implantação da pista de corrida na Avenida Barão do Rio Branco. Renato Freixiela pede a palavra e justifica as críticas ao conselho e diz ainda que o problema só aconteceu porque o número de corridas saltou de 4 para 18 e o CMEL se antecipou e em suas reuniões anteriores já estavam preocupados com esse crescimento. Disse ainda que a SEL e o CMEL estimularam o crescimento dessas corridas através dos seus quadros. Com relação à ACORPE disse haver conflito de interesses, principalmente no tocante ao calendário, já que 2 membros – Hélio e Artur – são organizadores de prova e fazem parte da Associação que o vereador quer colocar como mediadora do calendário. Discorda quando diz que o CMEL está esvaziado e que é um desrespeito com os conselheiros que abrem mão de seus trabalhos e afazeres para estarem ali. Os conselheiros tem cooperado com o crescimento do esporte e que a limitação financeira impõe algumas barreiras, mas que não desestimula ninguém, pelo contrário, continuam batalhando pelo esporte. Disse ainda que apenas uma reunião não foi realizada que foi no mês de outubro por falta de quórum devido ao fato de estar agendada em pleno calendário de eleições gerando um esvaziamento. Com relação a Barão do Rio Branco nunca negou que quem iniciou foi o ex-secretário e agora vereador Jorginho e o conselho, porém quando ele começou os trabalhos a largura era de apenas 1 metro e meio de faixa e exclusiva para corredores. Quando assumiu como secretário de esportes propôs o fechamento de metade da pista já que existia grande risco de acidente além de ter dado maior estrutura com relação a cones, a implantação do pórtico, banheiros químicos e bebedouro (4 pontos de água), sendo estes 2 últimos, inéditos em circuito de esportes e lazer no Brasil. Citou que agora é um circuito de esportes e lazer voltado para corredores, pessoas que querem caminhar, andar de bicicleta, de skate, de patins e etc. O sucesso se deu agora pois quando pegou o circuito era um filho feio e não tinha nenhuma estrutura. Freixiela solicita mais respeito com o CMEL. Jorginho Banerge cita que a Barão do Rio Branco é como lei que precisam ser flexíveis e aperfeiçoadas e não concorda com as críticas serem feitas antes de abrir conversas com o legislativo. Renato Farjalla diz não ser uma atitude inteligente a aprovação da lei e não vai ser produtivo se ela não for discutida e citou ser um controle de mercado. Disse que essa tensão política que foi criada não é benéfica e que há a necessidade de resolver. Disse ainda que o CMEL está se aprimorando e se desenvolvendo e deve interferir nos calendários de corrida. Citou que a política de esportes e lazer está se desenhando e deve haver o dialogo para a efetivação do

calendário. Disse ainda que levou 15 anos para o esporte ter seu espaço e ter um espaço para práticas esportivas como a Barão e também um calendário de corridas. Disse que sente desprestígio do esporte por parte dos vereadores e que os mesmos só aparecem nos eventos e o utilizam como plataforma de marketing político. Citou que o improvisado não pode reinar no esporte. Citou ainda que o calendário deve ser aberto principalmente pelos prazos e períodos de organização dentre outros fatores e que as instituições de ensino podem ajudar o desenvolvimento do esporte na cidade como formadora de mão de obra. Jorginho Banerge disse que a Câmara do Vereadores está aberta a qualquer um e que assim como ele ouviu reclamações do CMEL também ouviu reclamações da CPTRANS e outros órgãos. Marcelo Rodrigues falou sobre a questão do trânsito e que em conversas com Gilmar, presidente da CPTRANS, que o mesmo órgão não está tão mal das pernas como disse o vereador. Disse ainda que o CMEL está presente no COMCIDADE e sempre leva as questões das corridas de rua para discussão. Citou ainda que os organizadores das provas devem se reunir com antecedência com a CPTRANS para discutir o circuito da corrida e não chegar com ele pronto. Renato Freixiela solicita o encaminhamento de propostas para encerrar a reunião. Jorginho Banerge diz que a lei já foi votada pelo legislativo e deve aguardar o Prefeito tomar a decisão. Marcelo Rodrigues sugere que o CMEL tem que apresentar suas propostas para a regulamentação e definir até a próxima reunião. Renato Freixiela sugere formar uma comissão dentro do CMEL para levar as propostas a serem aprovadas na próxima reunião. Todos deliberaram e a comissão foi composta por seis nomes: Hingo Hammes (coordenador da comissão), Marcelo Rodrigues, Bruno Christ, Leonardo França, Renato Farjalla e Tais Bernardino. A reunião extraordinária ficou marcada para o dia 2 de dezembro de 2014 as 10 horas da manhã, na Casa dos Conselhos, tendo como pauta única a aprovação das propostas do CMEL para a regulamentação das Corridas de Rua. Não havendo mais nenhum assunto a ser tratado e ninguém mais querendo usar a palavra o presidente agradece a presença e a colaboração dos conselheiros e dá a reunião por encerrada.